



# SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

16/09/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

## Fundo eleitoral e reforma da Previdência estão na pauta do Plenário

O projeto de lei que altera regras eleitorais (PL 5.029/2019) volta à pauta do Plenário nesta terça-feira (17) para discussão em turno único. O texto, que tramita em regime de urgência, prevê exceções ao limite de gastos de campanhas; estabelece itens nos quais podem ser usados recursos do Fundo Partidário; define critérios para análise de inelegibilidade; e autoriza o retorno da propaganda partidária semestral. Um dos pontos mais polêmicos é a brecha para que seja aumentado o montante do chamado Fundo Eleitoral, que financia as campanhas políticas.

### Reforma da Previdência

A reforma da Previdência (PEC 6/2019) e a PEC Paralela (PEC 133/2019) passarão pela quinta sessão de discussão em primeiro turno no Plenário do Senado. A PEC 6/2019 deve cumprir a sua última sessão de discussão nesta segunda-feira (16) e voltar à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para a análise das emendas, só depois será votada no Plenário.

Em acordo de líderes partidários, ficou estabelecido que a votação do texto principal da reforma será no próximo dia 24, atendidos todos os prazos regimentais. Já a PEC Paralela, proposta que traz outras sugestões de alterações na Previdência como a inclusão de estados e municípios, será discutida na quarta-feira (18). A ideia é que a PEC principal não seja mais alterada. Caso ela seja aprovada pelo Senado, já poderá ser transformada em emenda constitucional. A PEC paralela ainda precisa passar pela Câmara dos Deputados.

**Leia mais:** Agência Senado - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>

## Projeto altera regras da CLT sobre segurança e medicina do trabalho

O Projeto de Lei 3818/19 altera todo o capítulo da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT, Decreto-Lei 5.452/43) dedicado à engenharia de segurança do trabalho e medicina do trabalho. O objetivo, segundo o autor da proposta, deputado Geninho Zuliani (DEM-SP), é atualizar a lei trabalhista e adequá-la às inovações tecnológicas da chamada indústria 4.0.

Esse termo é usado desde 2011 pelos setores industriais para se referir ao emprego, no processo de manufatura, de novas tecnologias de automação e da internet. "É preciso definir mudanças, prevendo regras para o uso dos avanços tecnológicos como recurso nas atuações de trabalho das diversas atividades econômicas", disse Zuliani.

O deputado afirma que a mudança na CLT permitirá a atualização das normas regulamentadoras (NRs) que tratam das condições de trabalho.

Segundo o projeto, as normas de engenharia de segurança do trabalho e medicina do trabalho deverão ser seguidas por todas as empresas, beneficiando trabalhadores com ou sem vínculo empregatício. A proposta determina também que as mudanças entrarão em vigor 60 dias após a publicação da lei decorrente do projeto.

**Leia mais:** Agência Câmara - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>

## Com CPMF vetada, deputados propõem desonerar folha de pagamento

Enquanto o Ministério da Economia busca uma forma de desonerar a folha de pagamento sem o uso de uma nova CPMF, deputados federais apresentaram sugestões para incluir o tema na reforma tributária que tramita na Câmara e reduzir ou acabar com a contribuição patronal para o INSS. Os deputados federais Felipe Rigoni (PSB-ES) e Ted Conti (PSB-ES), por exemplo, propõem que a parcela inicial dos rendimentos do trabalho correspondente a um salário mínimo seja desonerada. No caso de um trabalhador que recebe dois mínimos, metade seria desonerada, e outra, tributada pelo regime normal.

Haveria ainda redução das contribuições para o INSS, ao longo de dez anos. Ao final do prazo, a contribuição dos empregados seria reduzida para 3%, a dos empregadores, para 6%, e a dos contribuintes individuais, para 9%. O custo seria de 1% do PIB (Produto Interno Bruto), segundo os autores, coberto pelo aumento das contribuições gerado pela maior formalização do trabalho.

O deputado Enrico Misasi (PV-SP), em uma emenda elaborada em conjunto com a Abat (Associação Brasileira de Advocacia Tributária), propõe alíquotas regressivas, de acordo com as médias salariais e o número de empregados, de 11%, 13% e 15%. Para prestadores de serviços em geral, haveria alíquota única de 13%. Aplicativos intermediadores de serviços pagariam 5% sobre as comissões a pessoas sem vínculo empregatício.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 14/09/2019

## Após reunião com secretário, sindicatos esperam fim de unicidade das entidades

Bruno Dalcomo, secretário de Previdência e Trabalho, reuniu-se nesta quinta (12) com as centrais sindicais. Para os sindicalistas, ele foi enfático sobre o fim da unicidade sindical, ou seja, o governo quer mesmo liberar a existência de mais de uma entidade por categoria em cada área.

A reunião foi vista pelas centrais como uma abertura ao diálogo. Na semana anterior, os sindicalistas se frustraram por não terem sido chamados para o grupo de estudos que vai elaborar a proposta de mudança da estrutura das entidades, que será enviada ao ministro Paulo Guedes.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 14/09/2019

## TST proíbe acordo parcial entre partes

O TST (Tribunal Superior do Trabalho) decidiu pela primeira vez contra a chamada homologação parcial de um acordo extrajudicial. A modalidade permite ao trabalhador aceitar apenas parte do acordo com o empregador. O instrumento foi criado pela reforma trabalhista de 2017 para evitar acúmulo de processos. O acordo extrajudicial é feito entre empregador e empregado para pôr fim ao contrato de trabalho sem deixar pendência financeira. Satisfeitas as partes, o acerto impede que o trabalhador entre com outra ação, apresentando novos questionamentos. Um juiz, no entanto, precisa homologar o acordo.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 16/09/2019



**ELEIÇÕES SINDICAIS  
SINTIUS**

**8 E 9 DE OUTUBRO**